

A INTERFACE ENTRE A GOVERNANÇA E A DIGITALIZAÇÃO EM COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jamila Francine de Godoy Borkowski¹
Dirceu Basso²
Hayla Cunha Messias³

Resumo:

Muito se discute acerca da governança e as boas práticas referentes a ela, sobretudo nas cooperativas na agricultura familiar, de economia solidária, as quais possuem singularidades provenientes do modelo construído. A dupla natureza das cooperativas exige o olhar de forma simultânea para as relações com os cooperados e os mercados. Tendo por escopo dois objetivos: o levantamento dos dados teóricos acerca da Governança e examinar como a digitalização participa na ambiência desses atores. Para isso, adotou-se à metodologia da Revisão teórica, de natureza qualitativa. Paralelo a isso se faz necessário pensar na dinâmica de produção e na comercialização desses produtos, no formato digital acelerado pelo contexto pandêmico (covid19). Desse modo, com o modelo de governança adequado às cooperativas, o uso dos recursos digitais em voga, a digitalização é considerada em muitos estudos como o meio facilitador das decisões nas áreas supramencionadas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Digitalização; Economia Solidária; Governança Cooperativa.

THE INTERFACE BETWEEN GOVERNANCE AND DIGITALIZATION IN FAMILY AGRICULTURE AND SOLIDARITY ECONOMY COOPERATIVES

Abstract:

Much is discussed about governance and good practices related to it, especially in cooperatives in family farming, of solidarity economy, which have singularities from the model built. The dual nature of cooperatives requires a simultaneous look at relations with cooperative members and markets. Having as scope two objectives: the survey of theoretical data about Governance and examine how digitization participates in the ambience of these actors. For this, the methodology of the Theoretical Review was adopted, of a qualitative nature. Parallel to this, it is necessary to think about the dynamics of production and marketing of these products, in the digital format accelerated by the pandemic context (covid-19). Thus, with the governance model suitable for cooperatives, the use of digital resources in vogue, digitization is considered in many studies as a means of facilitating decisions in the aforementioned areas.

Keywords: Family farming; Digitization; Solidarity economy; Cooperative Governance.

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bolsista do Programa de Bolsa Institucional – PROBIU/UNILA. E-mail: advocacia.jamila@gmail.com.

² Mestrado (2003) e Doutorado (2013) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu-PR, com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS). Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bolsista CAPES. E-mail: hayla.hcm@gmail.com.

1. Introdução

Este artigo tem dois objetivos: o primeiro consiste em fornecer dados teóricos acerca da Governança, em especial sobre a Governança Cooperativa no âmbito da Agricultura Familiar, impresso pela Economia Solidária. E em seguida, o propósito secundário pretende verificar como a digitalização participa nesse processo.

Na primeira parte deste estudo, tem-se a governança cooperativa como função estratégica a ligação à sua própria história de emergência. Ou seja, possibilitar a consecução da missão e dos objetivos da organização, com baixos custos e baixos níveis de risco, a um quadro social que em grande medida se encontra fragilizado pela dinâmica socioeconômica e ambiental dada pela sociedade. Já na segunda parte, contextualiza-se a digitalização, bem como, as reflexões, em pensar: onde esse instituto se torna presente na governança cooperativa? Quais são as suas proposições, em enfoque ao quadro pandêmico, que compôs o cenário da comercialização digital, acelerando esse processo, no qual muitos desses atores sociais não estavam preparados para lidarem nesse formato.

No que tange a metodologia, adota-se à revisão teórica, de natureza qualitativa, conjugada com as compreensões dos pesquisadores na temática em comento, aprofundada nos conceitos de governança e digitalização, reforçando os seus elementos, com a exploração do conteúdo do manual das boas práticas de governança cooperativa, ressaltando também o que a digitalização fornece para esse instituto, se facilita ou não as decisões, aproximando-se dos fatores gerenciais, produtivos e comerciais mais assertivos.

Dessa forma, essa pesquisa nos permite formatar uma base teórica e metodológica para subsidiar outras pesquisas, que serão realizadas nas áreas da Acessibilidade Digital, da Governança Cooperativa no âmbito da Agricultura Familiar, de Economia Solidária e da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

2. Panorama Conceitual e seus Desdobramentos

A definição do conceito de governança tem sido debatida por diversos autores, “o conceito de governança e os elementos que permeiam esse termo é motivo de muita confusão e incertezas quando discutidos na academia ou mesmo no meio organizacional” (Frogeri *et al.*, 2022). Gonçalves (2005) com a mesma preocupação verifica a necessidade de um cuidado com o uso da palavra governança, para o autor um sério problema da análise científica é a imprecisão dos conceitos. Etimologicamente, o termo origina-se do grego kubernân (pilotar ou conduzir) dando origem à palavra *gubernare* em latim, denotando o ato de pilotar, conduzir ou elaborar regras (Kjaer, 2004).

Desde a década de 1970 preocupações internacionais em relação às fraudes e à corrupção se fazem presente, atos ilícitos e denúncias corporativas junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores, posteriormente com o atentado terrorista nas torres gêmeas e escândalos financeiros em Wall Street em 2002, despertaram a necessidade de regulamentações mais efetivas e rapidamente aplicáveis em todos os países. (Blok, 2020)

Na esfera internacional a urgência de uma sistematização de boas práticas se evidenciou com a crise do Welfare State, com o consequente esgotamento fiscal e a deficiência do modelo administrativo para fazer frente aos desafios dos mercados, com uma estrutura de países cada vez mais globalizados e interligados, houve a necessidade da adoção

de uma nova administração pública que focasse em melhores resultados para a sociedade (Pereira, 2010).

Denota-se a relevância do termo governança, a partir do fragmento do discurso do ex-secretário da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, em artigo emitido pelo Instituto de Governança do Canadá, com o título “ os princípios de uma boa governança para o século 21”, onde afirma “*good governance is perhaps the single most important factor in eradicating poverty and promoting development*”, em uma tradução livre “pode-se entender que a boa governança é talvez o fator mais importante na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento”. (Graham; Amos; Plumple, 2003, p. 1).

As pressões dos organismos internacionais, como o banco mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), ONU, entre outros demonstram necessidade da internalização da boa governança, sendo que o Estado precisa se orientar por “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (Santos, 1997, p. 342). Esses padrões estatais refletem de muitas formas, as “preocupações públicas com relação à capacidade de seus sistemas políticos de agirem de forma efetiva e decisiva no sentido de resolver problemas públicos” (Peters, 2013, p.28).

A governança, nesse contexto, diz respeito à “capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas” (Diniz, 1996, p.13).

Desse modo, com o objetivo de cumprir o seu papel de forma adequada “ a administração pública, nos seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, necessita estar bem estruturada e, dessa maneira, atuar com eficiência, eficácia e efetividade em favor da sociedade” (Pereira, 2010, p.7).

A governança nas organizações públicas e privadas apresenta significativas similitudes. Levando-se em consideração que o setor público e o privado possuem focos específicos, tendo comum entre eles as questões que envolvem a separação entre propriedade e gestão, responsável pela geração dos problemas de agência, os instrumentos definidores de responsabilidades e poder, o acompanhamento e o incentivo na execução das políticas e objetivos definidos, entre outros.

Verifica-se ainda, em um sentido amplo, que os princípios básicos norteadores dos rumos dos segmentos dos setores privado e público são idênticos: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética (Pereira, 2010). Nota-se, que o estabelecimento do modelo organizativo a ser implementado na empresa é de extrema relevância, carecendo de adequação ao objetivo que a empresa se propõe (Freitas; Freitas, 2011, p.177).

Outra questão em voga, segundo Gonçalves (2005) o grande problema da análise científica é a imprecisão dos conceitos e isso vem ocorrendo com a palavra governança, logo, é preciso saber o seu significado no contexto em que é aplicado. Por seguinte, constata-se que a governança corporativa surge para alinhar os objetivos primários dos gestores aos dos proprietários (Teixeira; Gomes, 2019). A partir dessa visão, acrescenta-se ao diálogo mais um registro acerca da Governança e seus desdobramentos:

A governança garante que as necessidades, condições e opções dos stakeholders sejam avaliadas a fim de determinar objetivos corporativos acordados e equilibrados; definindo a direção através de prioridades e tomadas de decisão; e

monitorando o desempenho e a conformidade com a direção e os objetivos estabelecidos. (Isaca, 2012, p. 16).

Dessa forma, nas cooperativas essa escolha deve estar condizente com o ideal cooperativo, mas não deixando de lado a importância do alcance dos objetivos econômicos. Assim, o processo de tomada de decisão deve ser claro e objetivo, a fim de estabelecer os próximos passos da cooperativa alinhado aos seus valores e objetivos.

2.1. Governança Cooperativa e Economia Solidária

Para Singer (2002), uma das principais diferenças entre a economia capitalista e a solidária seja o modo com que as empresas são administradas. Sendo praticada a heterogestão na economia capitalista e a autogestão na economia solidária. A heterogestão é formada por níveis sucessivos de autoridade, já a autogestão é democrática e participativa. A autogestão necessita de um esforço adicional dos sócios, que além de cumprir seu papel individual na divisão de trabalho e demais atribuições, devem se manter informados sobre o que ocorre na empresa e as alternativas para a solução dos problemas. São duas modalidades econômicas que servem para fins diferentes.

Dentro desse contexto o Banco Central do Brasil delimitou a governança cooperativa como: “conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos cooperados definirem e assegurarem a execução dos objetivos, contribuindo para sua continuidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas” (BCB, 2009, p.69).

Nesse passo, torna-se importante que esses mecanismos sejam o mais transparentes possível, exigindo o engajamento dos conselhos e diretoria (Quelhas, p.7, 2013) e, na busca de um modelo adequado, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2015) publicou um manual de boas práticas de governança cooperativa.

Com isso, o sistema OCB (2015) demarcou alguns diretivos a serem praticados no âmbito da Governança Cooperativa, dentre os quais este estudo aponta a parte de aprimorar a participação do cooperado no processo decisório e incentivarão da inovação, propiciando a melhoria da qualidade dos serviços, sendo verificado no próximo capítulo como a digitalização participa para a realização de tais práticas.

2.2 Digitalização

Com base nos elementos conceituais acima explanados, verifica-se nesta subseção, em quais ações a digitalização está presente na governança cooperativa, isto é, como o instituto B (digitalização) dialoga no instituto A (governança cooperativa).

Para isso, contextualiza-se a digitalização a partir da perspectiva de Cunha e Schneider (2021), que a demarcaram como:

A mudança ou a transformação digital da sociedade e da economia pode ser compreendido como o processo de digitalização, ligado ao fenômeno da desmaterialização. De acordo com Castro (2020), a digitalização pode ser entendida como a transformação de dados, ou seja, a conversão do formato físicos para o digital, facilitando assim o acesso à informação de forma dinâmica e instantânea. (Cunha; Schneider, 2021, p.344).

De acordo com Rijswijk *et al.* (2021), referenciando Autio (2017), Tilson *et al.* (2010), Rose; Chilvers, (2018), Wolfert *et al.*, (2014) e Vial, (2019), com a finalidade de efetuar a delimitação da transformação digital com a digitalização ao seguinte modo:

A transformação digital compreende uma gama de atividades que abrange tanto a digitisation quanto a digitalisation (digitalização).² A digitisation pode ser descrita como a “conversão técnica de informações analógicas em formato digital” (Autio, 2017, p. 1), enquanto a digitalização é o termo frequentemente usado para descrever os processos sociotécnicos que envolvem o uso de (diversas) tecnologias digitais que têm impacto nos contextos sociais e institucionais (Tilson *et al.*, 2010). A digitalização vai além de uma única empresa ou entidade, conectando dados e atividades de gestão internos e externos às unidades agrícolas, os quais são aprimorados pelo conhecimento do contexto e da situação e desencadeados por eventos em tempo real (Rose; Chilvers, 2018; Wolfert *et al.*, 2014). A transformação digital é, portanto, um processo pelo qual, ao longo do tempo, as opções de uso da tecnologia digital, a complexidade associada – ou seja, as interações entre os vários aspectos de um sistema, tais como tecnologias (digitais), instituições, organizações, pessoas, e o meio ambiente – e seus respectivos impactos na sociedade, sejam esses positivos ou negativos, aumentam (Vial, 2019). (Rijswijk *et al.*, 2021, p. 196)

Ao refletir esses conceitos e as diferenciações, conjugando-o com as compreensões sobre a governança cooperativa mapeadas na seção anterior, percebe-se o grau dessas interações entre os institutos, a que assimila a digitalização como ferramenta, que facilita o acesso imediato às informações, as quais imprimem a decisão mais assertiva ao momento mais adequado pelos atores sociais em estudo.

Por isso, o uso da governança e da digitalização são frequentes no cotidiano da vida contemporânea, não sendo diferente na gestão de uma empresa. Os gestores da empresa cooperativa devem sempre se questionar como estão estabelecendo as relações na esfera política e econômica com os cooperados? Com os colaboradores? Com os fornecedores? Enfim, com todos os atores envolvidos nas relações da organização.

Tanto que os pesquisadores Cunha e Schneider (2021) apontaram a expressão de Vahdat *et al.*, (2020):

[...] 3- a digitalização dos sistemas agroalimentares: tal processo teve um avanço significativo nesse contexto pandêmico, podendo representar um passo importante para a inclusão produtiva e financeira das comunidades rurais. Nessa perspectiva é possível destacar o processo de integração das tecnologias digitais para apoiar tanto da porteira para dentro, como é o caso da assistência técnica e extensão rural digital, como da porteira para fora, com o apoio as atividades de comercialização, logísticas e acesso a serviços financeiros (Vahdat *et al.*, 2020, *apud* Cunha; Schneider, 2021, p. 355).

Nesse passo, esse mecanismo se coloca em curso na construção do planejamento, no detalhamento do funcionamento da cooperativa, desde o conhecimento dos sócios até a quantidade de produtos comercializados, em atenção aos mercados, os quais os cooperados querem se inserir.

Além disso, a digitalização devido ao momento pandêmico (covid-19) acelerou significativamente os processos de comercialização nos mercados digitais, provocando aos cooperados da Agricultura Familiar, de Economia Solidária a repensar a sua forma de governança, bem como, a escolher as técnicas, que os atendam melhor e os indiquem os novos mercados e produtos a serem comercializados.

Sendo assim, a digitalização provavelmente, quando implementada, participa de forma efetiva na governança cooperativa, ao modo que segue presente em todas as ações da governança, dos cooperadores e dos consumidores. Nesse sentido, relaciona-se tanto com a gestão, quanto na forma de produção, análise dos mercados, dentre outros pontos, permitindo que todas as operações sejam visualizadas, quando necessário, para melhor tomada de decisão, de acordo com a situação fática.

3. Considerações Finais

As discussões acerca da governança cooperativa na Agricultura Familiar é um crescente na esfera acadêmica, por isso, tornou-se relevante a sistematização dos seus elementos conceituais para melhor compreensão, destacando essa formação de cunho corporativo, a qual se transportou para a ambiência cooperativa, pautada na economia solidária.

No que tange a digitalização, essa se conecta a governança cooperativa como meio facilitador e, isso se verificou com a pandemia (covid-19), uma vez que devido ao distanciamento social essa ferramenta ligou diversos setores e expandiu a comercialização no formato digital. Nota-se, que a digitalização pode ser considerada como um instrumento de auxílio para a Governança Cooperativa em vários momentos, desde a informação e comunicação, proporcionando maior agilidade e rapidez nos processos de decisão no âmbito da comercialização dos produtos, gestão e inserção nos novos mercados.

Pontua-se então, que as temáticas não se esgotaram neste artigo, as quais servirão de embasamento teórico para os estudos futuros, inclusive na área da Acessibilidade digital, da Governança Cooperativa no âmbito da Agricultura Familiar, de Economia Solidária. Assim como na Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Dessa forma, faz-se necessário investir mais nos estudos sobre as temáticas em tela, para o fortalecimento das Cooperativas da Agricultura Familiar de economia solidária.

Referências

BCB. **Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos da governança em cooperativa de crédito**/ Elvira Cruvinel Ferreira Ventura, Coordenação Geral: Joaquim Rubens Fontes Filho, Marden Marques Soares, coordenação. Brasília: BCB, 2009.

BLOK, M. **Compliance e Governança**/ Marcela Bruck, 3 ed. Rio de Janeiro/ Freitas Barros Corporativa 2020.

CUNHA, J. I; SCHNEIDER, S. **Mercados Alimentares Digitais, Inclusão Produtiva, Cooperativismo e Políticas Públicas** / Paulo Niederle, Sergio Schneider e Abel Cassol, em específico: TIC's, digitalização e comercializado em Rede: o caso da rede Xique-Xique/RN. Ed. UFRGS, Porto Alegre, 1ª Ed., 2021.

DINIZ, E. **“Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415. Disponível em:

SANTOS, M. H. de C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós Constituinte.** In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, nº 3, 1997. pp. 335-376.

SINGER, P., **Introdução à Economia Solidária.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abrame, 2002.

TEIXEIRA, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, 70(4), 519-550. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>

KJAER, A. M. **Governance.** 1. ed. [S.l.]: Polity, 2004.